Relatório da Audiência n.º 160-COFAP-XII

Dia: 22 de maio de 2015

ENTIDADE: GT Procurement Socialmente Responsável

ASSUNTO: *Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV)*

Recebido pelos Senhores Deputados:

- Fernando Virgílio Macedo (PSD), Vice-Presidente da Comissão;
- José Magalhães (PS);

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Vice-Presidente da Comissão deu as boas vindas aos representantes do GT Procurement Socialmente Responsável (GTPSR), após o que apresentou o Senhor Deputado presente e contextualizou a audiência no pedido efetuado pelo GTPSR à COFAP e na discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 320/XII/4.ª (GOV). ~

De seguida, o Senhor Vice-Presidente deu a palavra aos representantes do GTPRS para uma intervenção inicial.

Nessa intervenção, e após a entrega de um documento, foi apresentado o GTPSR e os seus objetivos, sendo ainda sugeridas algumas melhorias globais à Proposta de Lei, remetendo para o documento entregue. Essas sugestões relacionam-se, genericamente, com o Green Social Procurement, as pré-condições de acesso à atividade, com a existência de uma calculadora a nível de impacto ambiental, com a análise de procedimentos de boas práticas sociais. Os representantes do GTPSR destacaram ainda que a iniciativa legislativa deveria englobar preocupações que constam já da Diretiva europeia emitida nesta matéria, indiciando aos agentes económicos princípios fundamentais.

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado José Magalhães (PS), que realçou que na discussão da iniciativa em especialidade há um processo de diálogo e sugeriu que o GTPSR proponha alterações concretas sobre o articulado, embora lhe pareça que a maioria das sugestões efetuadas se enquadra no Código dos Contratos Públicos (CCP). Recordou que o CCP é objeto de uma iniciativa recentemente entrada na Assembleia da República.

O Senhor Vice-Presidente esclareceu então que a proposta é de o GTPSR apresentar propostas de alteração concretas à iniciativa legislativa em causa.

Os representantes do GTPSR afirmaram que têm uma análise de situações mais concretas e que as questões técnicas podem ser melhoradas, a nível ambiental e social, e também a nível de um maior controlo da Administração Pública sobre as entidades gestoras de plataformas eletrónicas.

O Senhor Deputado José Magalhães (PS) solicitou o envio da versão eletrónica do documento e levantou três questões: acesso às plataformas, período de adaptação às exigências legislativas e impacto na concorrência.

Os representantes do GTPSR declararam já ter analisado estas questões, reiterando a necessidade de exigências ambientais e sociais não visíveis na atual iniciativa.

O Senhor Vice-Presidente agradeceu os contributos do GTPSR, reiterando o pedido de remessa dos documentos, já efetuado anteriormente, e deu por encerrados os trabalhos.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a sua gravação, pode ser consultada na página internet da Comissão.

Palácio de São Bento, 22 de maio de 2015

O Vice-Presidente da Comissão

Fernando Virgílio Macedo